

PROJETO

DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA,
TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO
FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO
CISPAR



MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

DO QUE SE TRATA O PROJETO?

- O estudo em andamento visa garantir a coleta, transporte, tratamento e disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados nos municípios do consórcio que aderirem ao projeto.
- O estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental é realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com o apoio técnico e financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e com o acompanhamento e validação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e CISPAR.
- O estudo contempla desde o diagnóstico até o apoio no processo licitatório para a concessão dos serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).
- O CISPAR foi o primeiro colocado na seleção de consórcios públicos mineiros, da Chamada Pública lançada pela SEMAD em 2022, para receber Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

QUAL O PAPEL DO CONSÓRCIO?

- O incentivo à adoção de consórcios públicos ou outras formas de cooperação entre os municípios tem como objetivo o ganho de escala e a redução dos custos envolvidos.
- Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação (união, estados, distrito federal e municípios) para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum.
- É constituído como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.
- De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2020) o Brasil possui 1.404 municípios consorciados para o manejo de resíduos sólidos urbanos, o que corresponde a 25,2% dos municípios brasileiros e 14% da população urbana.
- A formação de consórcios é um meio de alcançar os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), principalmente para os municípios de pequeno porte, em que soluções individuais, geralmente, não são técnica e/ou economicamente viáveis, ou em que soluções conjuntas apresentem melhor relação custo-benefício.

QUAIS AS VANTAGENS DO PROJETO?

- **Atendimento à legislação e disposição regularizada dos resíduos sólidos urbanos:** Atualmente, parte dos municípios do CISPARG contemplados nos estudos técnicos efetua a destinação dos resíduos sólidos urbanos de forma irregular, como em lixões, aterros controlados ou valas de rejeitos. A partir da implementação do projeto, a destinação ambiental correta atenderá às Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, trazendo benefícios para toda população e meio ambiente.
- **Eficiência na prestação do serviço e tratamento dos resíduos:** Além de promover a melhoria ambiental com a destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, o projeto também vai atrair investimentos em tecnologias diversificadas de tratamento dos resíduos e valorização de associações e cooperativas de catadores, reduzindo assim, por meio da reciclagem, do tratamento de orgânicos e do aproveitamento energético, o volume de resíduos destinados a aterros sanitários.



MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

DE ONDE VÊM OS RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROJETO?

- A SEMAD investiu R\$ 2.724.000,00 na contratação do BDMG que, por sua vez, celebrou parceria com o BID, que aportou 300 mil dólares para contratação de consultoria técnica para o projeto. Os estudos contemplam desde o diagnóstico completo até a licitação de concessão dos serviços.



MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

QUAIS AS ETAPAS DO PROJETO?

- O projeto é desenvolvido pela equipe técnica capacitada do BDMG e da consultoria consórcio Vital, e é acompanhado e validado pela SEMAD, BID e CISPARG, considerando as necessidades dos municípios consorciados.
- A modelagem da concessão teve início em agosto de 2022 e a contratação da concessionária seguirá o critério de menor tarifa, além do cumprimento dos requisitos técnicos e legais para demonstrar competência na execução do contrato.
- A proposta está prevista para ser apresentada para consulta pública ainda em 2023, para o recebimento de contribuições, e a licitação está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2024.



MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.